

A POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO DOS EDUCADORES NO GOVERNO ARRAES - 1987-91: a visão dos formuladores da política educacional x visão dos educadores de apoio.

Norma Pinheiro de Vasconcellos

Este trabalho procurou entender o caráter assumido pelas relações que se estabeleceram entre os formuladores da política educacional e educadores de apoio¹ no processo de capacitação de professores - no governo Arraes, 1987-91, que assumiu a transformação social como eixo de sua atuação. Buscou identificar as representações que esses sujeitos fazem da função de capacitação tentando interpretar como se constrói o novo no trabalho do especialista e como ele se caracteriza. Partiu da análise de conteúdo dos textos produzidos no referido processo de capacitação: textos conceituais, cartas e textos poetizados.

A reflexão decorrente do referido estudo assume sua importância na medida em que:

- procura contribuir para enriquecer a proposta do curso de Pedagogia, na definição e reformulação do seu conteúdo de ensino;
- tenta oferecer elementos para avaliar as políticas educacionais dos governos a que presta assessoramento, como tarefa universitária;
- possibilita identificar aspectos necessários à definição de tais políticas por parte dos órgãos oficiais;
- possibilita a reflexão e o aprofundamento sobre a prática da pesquisa enriquecendo as aulas da disciplina Iniciação à Metodologia da Pesquisa, desenvolvida na graduação e, ainda, tenta propiciar generalizações teóricas sobre a prática social no interior da escola.

Ao realizar o trabalho, a preocupação fundamental foi estudar a mudança social que se processa no desenvolvimento de determinada política governamental de educação, tomando por base a sua política de capacitação de educadores. Partiu-se

• UFPE - Centro de Educação - Dep. de Adm. Escolar e Planejamento Educacional

1 "Educador de apoio" é uma expressão utilizada pela Secretaria da Educação de Pernambuco para designar os especialistas em educação (supervisor, orientador educacional e outros agentes) que se envolvem com a capacitação de professores em serviços na rede estadual de ensino no período do governo ARRAES 1987-91, e que continua em uso

do pressuposto de que o trabalho do especialista na escola vai se delineando em certa consonância com a própria organização política de cada momento histórico. Por isso mesmo, há uma perspectiva de construção e reconstrução da trajetória da função supervisora, na medida em que o próprio supervisor tenha uma compreensão do caráter mediador de sua prática no campo educacional "na construção da cidadania, em virtude das alterações sócio-política-econômicas que estão a ocorrer na sociedade brasileira, como fruto da própria dinâmica social que põe em confronto as classes sociais". (Aguilar, 1991 p. 95).

Desse modo se, de um lado, a prática supervisora é perpassada por uma perspectiva autoritária, assumindo funções de conservação e de reprodução do "status quo" e "de repasse de um material que já vem pronto da Secretaria da Educação", segundo expressões de supervisores reveladas pela pesquisa que deu origem a esse estudo, (Medeiros, 1986) de outro lado há algo no supervisor que é fruto de sua experiência de vida e de trabalho, que resiste às linhas de ação burocrática e conservadora, que revela uma sensibilidade para posturas democráticas.

Há, portanto, um movimento histórico de construção e reconstrução da concepção e da prática do especialista na escola. Compreender o novo que se constrói na prática do especialista, foi a intenção dos estudos aqui apresentados, buscando descobrir e explicar como o especialista em educação vive e percebe as regras do jogo da política educacional e como é engendrada a sua percepção no contexto sócio-político educacional de Pernambuco, no referido governo.

Assim se procurou compreender o processo de capacitação do corpo docente no contexto da referida política, cuja atividade foi realizada pelos especialistas em educação (supervisores e orientadores educacionais) e foi concebida como "processo coletivo de apropriação do conhecimento científico e tecnológico, tendo o cotidiano escolar como conteúdo de reflexão - teorização - instrumentalização - transformação" (PEE, 1988-91 p.63).

Foi constatada no processo de capacitação de professores, a evidência de dois níveis de discursos:

- a) o discurso dos formuladores da política que aponta para a definição do programa de governo;
- b) o discurso dos educadores de apoio o que chamaremos de discurso da prática - "discurso de quem vai construindo na prática a direção política do programa de governo". (Discurso de um dos formuladores da Política educacional)

Embora esses aspectos estejam apresentados de forma separada, integram-se, mas se distinguem. São faces da mesma prática pedagógica e foram captadas dos discursos dos diversos sujeitos, isto é, da dimensão pensada da prática.

Numa síntese inicial, podemos dizer que o discurso dos formuladores da política tem a dimensão do presente como história, não se integra numa ordem estabelecida, busca rompê-la, ao encaminhar uma proposta de revisão ideológica de toda a prática. Como expressão disso, vejamos um trecho que é comum nos

documentos conceituais, ao se referirem à capacitação **"enquanto processo de descoberta científica e tecnológica que possibilite ao educador: entender o papel da ideologia dominante, transformar as relações sociais de trabalho e de produção de saberes na escola, descobrir e realizar coletivamente a competência de ensinar o saber sistematizado universal, articulando-o ao saber popular"**. (SE-DECAP, 1988)

Os documentos conceituais revelam a intenção de romper com a ordem estabelecida, pela crítica que faz ao modelo de supervisão existente, negando-o em seus aspectos fundamentais, enquanto **"modelo sistêmico"** que, então, se caracteriza como **"ação técnico-burocrática"**, **"visão fragmentada da realidade e do processo de supervisão"**.

Essa intenção de romper com a ordem estabelecida, quanto ao modelo de supervisão existente, gera conflito, tensão, rejeição ao plano de governo, por parte dos educadores de apoio.

Quanto ao discurso dos formuladores da política educacional, ainda se percebe, na sua base, os conceitos que explicam teoricamente a perspectiva da transformação pretendida pela política educacional do Governo, no que concerne à concepção de Estado, Governo, Educação e Planejamento. Desse modo percebe-se que tal discurso, a um nível teórico, demonstra, por parte dos seus formuladores, uma compreensão do sentido próprio da luta pela transformação, construindo um ideal dessa transformação, apoiado nos vínculos possíveis com a realidade. Há um apelo constante a expressões que demonstram esse aspecto.

Quanto ao segundo nível de discurso, o do educador de apoio, **"discurso de quem vai construindo na prática a direção política do programa de governo"**² revela-se tenso, marcado pelo conflito, perpassado por uma característica polêmica e poetizada. **"Que grande corre corre/Foi a transformação/Da criação do Educador de apoio/Na Secretaria de Educação/Verdadeira guerra de nervos/Sofreu assim muita gente"** (Educador de Apoio do DERE SUL). **"Deixaremos aqui uma questão/Como o educador fará/Prá bem desempenhar a função/Se recursos muitos nos faltam/E nos pedem proposta e ação/Quando nem delimitam caminhos/Para uma real situação"** E.A. Garanhuns).

Há, pois, uma tensão manifesta nos discursos citados e em todos os outros analisados, marcados sempre pelo conflito entre o que a Secretaria de Educação orienta, encaminha, e o que os educadores de apoio percebem. Neste sentido, os discursos revelam uma afirmação da ordem estabelecida, pela contestação da direção dada pela Secretaria de Educação, e manifestam o que lhe é interior: o modelo de supervisão a que estavam submetidos. Cobram uma **"capacitação mais direcionada para a vivência da prática pedagógica"**, expressando: **"a capacitação não nos preparou para o trabalho real do educador de apoio recebemos**

2 Expressão usada por um dos sujeitos pesquisados: formulador da política da capacitação, obtida em entrevista com a prof. Tereza Barros que ocupava o cargo de diretora do DECAP.

somente uma visão ideológica da nova proposta". (E.A. DERE Recife Norte)

A tensão ainda se revela pelo conflito, quando o mesmo discurso, ao afirmar a ordem estabelecida, nega-a, chegando a demonstrar aprovação:

"concluimos que a proposta do governo é boa";

"Em relação a essas capacitações em serviço, achamos importantes"; "Reconforta-nos uma alentadora certeza: a identificação dos graves problemas e dificuldades em educação, o reconhecimento de nossas responsabilidades e, principalmente a de que poderemos contar com o apoio daqueles que, em instâncias maiores são também co-responsáveis pela educação em Pernambuco". (E.A. ARARIPE)

Tais achados mostram que o conflito, a tensão, a rejeição, presentes nos textos analisados, podem ser atribuídos a uma suposta desconfiança dos educadores de apoio em relação à uma nova equipe que vai trabalhar na Secretaria de Educação, **"um grupo externo à rede estadual, egresso da Universidade que chega e dá uma direção sem conhecimentos práticos sobre o dia-a-dia do funcionamento interno do sistema"** (expressão de um educador de apoio). Outra hipótese seria que a tensão e o conflito podem ser atribuídos à crença na supremacia do conhecimento científico, por parte dos formuladores da política educacional - os da Academia. Estes demonstram possuir clareza do projeto, uma vez que julgavam necessário veicular aquele tipo de conhecimento, mas não evidenciavam uma compreensão clara dos obstáculos que emergem durante o processo de renovação da prática educativa.

Por parte dos educadores de apoio, o seu discurso, revelando resistência ao conhecimento científico, põe em evidência que o mundo da Academia não se articula com o mundo da Escola. Mesmo que a questão pedagógica do trabalho do especialista esteja no debate nacional, os educadores de apoio revelam corporativismo na construção da proposta política de capacitação, vendo-se como classe em si, mesmo que haja sempre o apelo, por parte dos formuladores da política educacional, a que a **"produção fundamental da educação em seu processo de capacitação seja a explicação da realidade"** (Formulador da Política Educacional).

Uma outra hipótese seria que a alternância do grupo político no poder estaria significando uma ruptura e um desmonte de tudo quanto antes estava se fazendo.

Ao contrário do discurso dos formuladores da política educacional, os discursos dos educadores de apoio não dão conta da compreensão do conjunto e, muitas vezes, revelam uma concepção a-história do processo de capacitação.

Mesmo assim, percebe-se uma acumulação de conhecimentos sobre as categorias: capacitação, democratização, teoria-prática, dando conta de que há um movimento de reconstrução do significado. Começa-se a teorizar os fatos, enquanto base para se programar e reprogramar ações e instrumentar para a leitura da própria prática, na perspectiva da concepção da capacitação como "processo coletivo de apropriação do conhecimento científico e tecnológico, tendo o cotidiano escolar como conteúdo de reflexão - teorização - instrumentação - transformação". (PEE,

No movimento de construção dos significados, pode-se perceber o surgimento de uma nova visão do "que fazer" do educador. De alguma forma percebe-se, dos discursos, que os educadores de apoio se vêem mudando no processo de transformação da própria prática, refletem sobre ela, e a explicitam, tomando-a como objeto de conhecimento. Neste sentido, o estudo vislumbra "o novo" do processo de capacitação, resultante da relação entre os educadores de apoio e a Secretaria de Educação.

O trabalho de supervisão se fez a partir do que é interior ao supervisor, sob o signo da sujeição a um modelo burocrático, centralizado, porque se processou no cerne de um projeto autoritário característico dos anos da ditadura militar. Modelo fragmentado, tecnicista, reproduzidor das relações autoritárias de dominação e submissão. Ao lado da submissão à ordem estabelecida, há a resistência dos educadores que protestam contra a sua submissão ao modelo tradicional. Há algo que está nesses educadores e, até mesmo nos mais subservientes, que resiste à linha de ação burocrática conservadora, como se percebe de pesquisas anteriores.

No Governo em estudo, parece que se lançam raízes nessa resistência, sobretudo dos educadores conscientes do seu compromisso com os interesses da maioria da população, apontando para formas novas de estruturação do serviço de capacitação dos professores, enquanto força de mudança social na escola e no sistema educacional.

Assim, em que sentido o novo se manifesta?

Parece que o novo se manifesta no processo de capacitação em serviço, enquanto encontro entre a realidade histórico-social do próprio processo de capacitação e a proposta política do Governo, e pela preocupação de tomar o cotidiano escolar como cerne do trabalho, colocando em pauta que a produção fundamental da educação é a explicação da realidade.

A própria concepção do processo de capacitação pode ser tomada como o "novo" que se estabelece. O que se supõe, pelo que se depreende dos textos, cartas e textos poetizados, o "novo" é o resultado do confronto entre a realidade do trabalho dos especialistas, suas contradições e potencialidades, com a proposta da Secretaria da Educação.

O "novo" reside, pois, em sua base teórica, vivida em confronto com a realidade. O "novo" pode estar emergindo, possivelmente, da relação que parece menos hierarquizada entre as instâncias, em virtude da própria dinâmica que assume o processo de capacitação, a qual parece colocar em pauta o seu caráter inovador e o seu potencial em criar e experimentar formas novas e diferentes de relações sociais e de trabalho: o sentido das cartas, textos e poesias. Esse canal de comunicação parece manifestar essa relação menos hierarquizada, parecendo ainda quebrar padrões tradicionais de relação entre as instâncias da equipe central e o educador de apoio. O próprio discurso que cede lugar ao outro, a revelação não só da crítica mas da conquista do direito da fala, pela disputa da posse da palavra e sua

apropriação.

O "novo", entretanto, enfrenta desafios uma vez que cada experiência nova não se faz num vazio histórico. De fato, o "novo" se confronta com o tradicional e se consolida historicamente em um movimento de construção e reconstrução. Por esse motivo, um Governo não será a concretização plena do que foi previsto. Pode, no entanto, se constituir numa força que suscita novas atualizações ou renovações de ações.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Márcia Ângela da Silva. Supervisão escolar e política educacional. São Paulo: Cortez: Recife, PE: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Estado de Pernambuco. 1991.
- BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. São Paulo: Martins Fontes. 1977.
- MADEIRA, Margot C. A educação vista pelo analfabeto. Revista da ANDE, São Paulo, v.4, n.8, p.9-16, 1985.
- MEDEIROS, Norma Pinheiro de V. A supervisão escolar: um estudo das representações sociais de supervisores. Centro de Educação. Dissertação de Mestrado. 1986 mimeo.
- PERNAMBUCO, Secretaria de Educação. Plano Estadual de Educação. 1988-91. Coordenação e redação: Silke Weber, Maria das Graças Correa de Oliveira e Mércia Ângela Aguiar. Recife, 1988.
- PERNAMBUCO, Algumas propostas e reflexões. Recife, 1988. mimeo.
- WEBER, Silke (org.). Democratização, educação e cidadania: caminho do Governo Arraes (1987 - 1990). São Paulo: Cortez. 1991.

SETORIAL DE EDUCAÇÃO